

Dossier: Angola

## **Desafios da Paz: o desenvolvimento do tecido empresarial**

Mário Pizarro

Criar condições para o desenvolvimento do tecido empresarial angolano é um dos importantes desafios que a nova situação de paz apresenta. Como se caracteriza o tecido empresarial, quais são as oportunidades e os constrangimentos ao seu desenvolvimento? A centralização económica que se seguiu à independência de Angola determinou a alteração da propriedade, através da nacionalização ou do confisco da grande maioria das empresas. Também por força da mesma centralização, o Estado transformou-se no principal cliente.

Às distorções criadas pela centralização, somou-se o mais grave constrangimento ao desenvolvimento da empresa - a dependência do Estado. Esta dependência afecta não só a saúde financeira das empresas, fruto da política orçamental do Governo, mas tem consequências bem mais graves, sobretudo num país marcado pela guerra, por uma democracia recente e débil, e pela inexistência de uma oposição forte.

Com exclusão do sector do petróleo e diamantes - que constituem ilhas - e de algumas, poucas, empresas estrangeiras ou detidas por estrangeiros, a grande maioria das empresas angolanas que hoje operam surgiram, ou ganharam dimensão visível, a partir da liberalização económica, no início dos anos 90. Mas de onde surgiram os empresários angolanos que criaram essa multiplicidade de empresas a partir dos anos 90?

Face à conjuntura angolana pós-independência, uma grande parte dos empresários angolanos emanou do poder ou está, directa ou indirectamente, ligada ao poder. O tecido empresarial angolano é, pois, muito frágil e dependente. Esta fragilidade e esta dependência impedem a existência de uma massa crítica capaz de discutir e influenciar as decisões do Governo. Este é um primeiro e importante desafio tanto para os empresários como para a classe política angolana - quebrar o ciclo de dependência.

É necessário que se entenda que os custos de muitos empresários em manter e alargar as influências junto do poder - que nalguns casos bem poderão ser considerados custos de sobrevivência - são valores que deixam de ser investidos no alargamento da produção, na melhoria da organização, na formação, etc. A nova conjuntura de paz oferece novas e

importantes oportunidades e desafios. A reconstrução das múltiplas infraestruturas destruídas - desde as estradas e pontes até aos hospitais e às escolas - e o tratamento dos problemas económicos e sociais criados pela deslocação forçada de milhões de pessoas, requer um ambicioso programa, em que o Estado, naturalmente, tem um papel fundamental.

Se é certo que este ambicioso programa constitui um desafio, ele constitui também uma oportunidade única de se criar uma alavanca de crescimento e desenvolvimento do empresariado angolano. É fundamental que o Governo crie uma política clara e responsável de apoio ao empresariado angolano - pequeno, médio ou grande - que tem de ir para além da criação de oportunidades iguais, e de parcerias vantajosas, e incluir condições de acesso ao crédito e a incentivos fiscais.

Até aqui, os empresários angolanos, no geral, ficavam com as migalhas dos grandes projectos - porque tinham, e têm, menos capacidade para competir e para influenciar. Esta tendência deve ser invertida e o empresariado angolano, no seu todo, tem que passar a ter condições para competir sem falso proteccionismo, sob pena de continuarmos a ver crescer empresas angolanas da esfera de influência do poder instituído, ou as empresas angolanas “virtuais” - aparentemente detidas por angolanos, mas na prática controladas por estrangeiros - enquanto o empresariado angolano, no geral, continua numa marcha lenta, enredado na complexa teia de fragilidades e dependências.

Não quero dizer que as empresas estrangeiras não sejam desejadas e necessárias; nem tão pouco entendo que os círculos ligados ao poder não possam fazer os seus investimentos. Mas qualquer país, e muito em particular Angola, face às circunstâncias históricas e às sequelas da guerra, necessita de criar e desenvolver um sector empresarial forte e diversificado, também na componente étnica e regional - como base importante para uma estabilização política e para se conseguir um desenvolvimento sustentado.

O quadro seguinte sintetiza o conjunto de forças em presença, que favorecem ou contrariam o desenvolvimento empresarial. O movimento destas forças, numa ou noutra direcção, determinará a maior ou menor rapidez com que o sector empresarial se desenvolverá. Particularmente importante será o aprofundamento da reforma económica e institucional, a aceleração do processo de privatização, o reforço do sector financeiro, e o reforço das várias componentes do sistema legal - como forma de limitar, num prazo mais curto, obstáculos ao desenvolvimento empresarial.

Para além de todos os constrangimentos, é ainda importante reconhecer a situação particular de um largo número de empresários e agentes económicos cujos bens foram completamente destruídos pela guerra. Se, por um lado, não têm indemnizações para as perdas sofridas, por outro, o acesso ao crédito é limitado, já que não têm garantias para oferecer.

A este propósito, e não obstante a experiência negativa de alguns países da região, deve ser ponderada a criação de Fundos de Desenvolvimento Regionais, que possam atender a situações específicas que se verificam em vastas regiões do país. Face às debilidades do sector empresarial, quer do ponto de vista organizativo, quer do ponto de vista financeiro, tais fundos deveriam ter uma componente de capital de risco, viabilizando assim a implementação de um maior número de projectos, e assegurando, por outro lado, o acompanhamento da gestão.

O sector financeiro beneficiou de forma significativa com as medidas de reforma económica implementadas a partir de 1999, em particular com a liberalização das taxas de juro e da taxa de câmbio. Não obstante, as distorções económicas ainda existentes conduzem a uma estrutura de depósitos em que mais de 60% corresponde a depósitos à ordem e menos de 30% são depósitos a prazo. De igual forma, e face aos elevados índices de inflação, mais de 60% dos depósitos estão expressos em moeda externa e menos de 40% em moeda nacional! Ou seja, os bancos não têm de facto *funding* de longo prazo, o que limita significativamente o prazo do crédito a conceder. Só o aprofundamento da reforma económica poderá viabilizar a introdução de Fundos de Capitalização e outros, que tendam a aumentar o *funding* do sector bancário.

Igualmente importante é a necessidade da revisão do regime cambial do sector do petróleo, onde a maior parte dos custos operacionais, de pesquisa e de desenvolvimento não transita sequer pelo sector financeiro angolano.

Só na chamada zona de águas profundas, esperam-se investimentos da ordem dos 2.5 mil milhões de dólares/ano, nos próximos 7 a 10 anos. Por aqui podemos aferir do impacto que o trânsito destes valores pelo sistema financeiro angolano pode ter. Não poderia concluir sem uma referência mais específica ao sector petrolífero e a importância que pode ter para o desenvolvimento empresarial angolano. A produção de petróleo, hoje estimada em cerca de 850.000 barris/dia, pode, de acordo com estimativas conservadoras,

duplicar nos próximos 4 ou 5 anos, estimando-se que em 2006 atinja os 1.500.000 barris/dia.

A importância deste sector impõe que se aprofunde a discussão sobre os impactos económicos, sociais e mesmo políticos deste aumento da produção de petróleo, no sentido de se definirem políticas claras e equilibradas, designadamente quanto:

- ao ritmo ideal de desenvolvimento da produção, tendo em vista maximizar os benefícios para Angola;
- à criação de um ambiente favorável ao aumento da componente angolana na produção do petróleo;
- à definição de uma estratégia de re-investimento das receitas do petróleo.